

Amagis

NA IMPRENSA

OUTUBRO DE 2013

HOJE EM DIA (BH) • 11 DE SETEMBRO DE 2013

Amagis se posiciona contra a PEC 31

Da Redação

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) se posicionou ontem contra a aprovação da proposta de emenda constitucional nº 31. A PEC prevê que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) participe do processo de escolha de membros da advocacia para cargos de juízes do Tribu-

nal Superior Eleitoral (TSE) e das Cortes Regionais da Justiça Eleitoral.

A proposta é de autoria do senador Pedro Taques (PDT-MT) e estabelece ainda, mudança na indicação do corregedor eleitoral regional, em favor da Justiça Federal.

“Se aprovada, a PEC contraria o princípio da capilaridade da Justiça comum e terá, como conse-

quência, o distanciamento da Justiça Eleitoral do cidadão. Além da capilaridade, que lhe garante a presença em todas as quase três mil comarcas do país, o juiz estadual conhece a vida política das pequenas, médias e grandes cidades dos estados”, afirmou o presidente da Amagis, Herbert Carneiro.

Em nota, Carneiro apontou que a fiscalização da campanha eleitoral irregular só é possível por

meio da interiorização da Justiça estadual.

“Por ter estrutura e foco diferentes, a Justiça Federal não existe nas pe-

quenas cidades, estando presente apenas nas capitais e em algumas cidades médias. Sua competência constitucional é restrita e não permite a presença de juízes federais nas pequenas cidades que são a grande maioria dos 5.564 municípios brasileiros”, observou. •

Proposta prevê que a OAB participe da escolha de juízes do TSE

CONSULTOR JURÍDICO (SITE) • 10 DE SETEMBRO DE 2013



Consultor Jurídico

www.conjur.com.br

Capa Seções Eventos Links Blogs Livraria Clipping de Notícias Anuários Login

NOTÍCIAS

10
setembro
2013

TRANSFERÊNCIA DE PODERES

TJs repudiam ter mais juízes federais nos TRE

Por Pedro Canário

Depois do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi a vez dos TJs do Paraná e de Rondônia de repudiar a Proposta de Emenda à Constituição 31/2013, que altera a organização da Justiça Eleitoral. Nesta segunda-feira (9/9), os Plenários dos tribunais paranaense e rondoniense aprovaram, moção contra a proposta por entender que ela “não traz nenhum benefício para a sociedade e nem para a classe política”.

A PEC, que está em trâmite no Senado, é de autoria do senador Pedro Taques (PDT-MT). A ideia é criar mais duas vagas nos tribunais regionais eleitorais, destinadas a juízes federais de primeiro grau. Hoje os TREs são compostos por dois desembargadores de tribunal de Justiça, dois juízes estaduais, dois advogados e um desembargador de Tribunal Regional Federal. A intenção é ampliar a participação da Justiça Federal.

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) também é contra a aprovação da PEC. De acordo com o presidente da entidade, Herbert Carneiro, ao definir e aprovar a composição da Justiça Eleitoral, o constituinte optou pela experiência e capilaridade da Justiça comum e pelo tempo em que os juízes estaduais atuaram em 1º grau, em contato direto e diário com a população.



Consultor Jurídico

www.conjur.com.br

[Capa](#) [Seções](#) [Eventos](#) [Links](#) [Blogs](#) [Livreria](#) [Clipping de Notícias](#) [Anuários](#) [Login](#)ARTIGOS
20
setembro
2013

COMPOSIÇÃO DOS TRES

PEC 31 distancia Justiça Eleitoral do cidadão

Por Herbert Carneiro

Por razões constitucionais e operacionais, a PEC 31, que altera a composição e a forma de escolha dos juízes eleitorais em favor da Justiça Federal, caminha na contramão do aperfeiçoamento da Justiça e das soluções que tem o interesse público como meta. Em vez de impor alterações na Justiça Eleitoral, que é exemplo de eficiência e competência no Brasil e no mundo, o legislador deveria fazer a tão necessária reforma política e eleitoral, tantas vezes prometida, mas nunca concluída.

Em primeiro lugar, a mudança pretendida tem constitucionalidade duvidosa, porque o Poder Legislativo, apesar de seu poder constituinte derivado, não pode interferir na independência do Poder Judiciário, alterando sua composição, definida e aprovada pelo poder constituinte originário.

Esse mesmo poder se baseou no princípio constitucional que priorizou o interesse público e maior grau de legitimidade ao processo eleitoral, reconhecendo e valorizando a experiência e a capilaridade da Justiça comum e o tempo que os juízes estaduais atuaram em 1º grau em contato direto e diário com a população.

Se aprovada, a PEC contraria esse princípio e terá, como consequência, o distanciamento da Justiça Eleitoral do cidadão. Além da capilaridade, que lhe garante a presença em todas as quase três mil comarcas do país, o juiz estadual conhece a vida política das pequenas, médias e grandes cidades dos estados.

Essa proximidade facilita a fiscalização da campanha eleitoral irregular, especialmente a antecipada, que só é possível por meio da interiorização da Justiça comum. Além da eficiência necessária, ela permite também providências imediatas contra a continuidade de irregularidades.

Nesse quesito, a presença da Justiça estadual se faz igualmente oportuna uma vez que o registro de candidaturas passa por diversas condicionantes, como o da improbidade administrativa e outras práticas, que estão em sua competência jurisdicional, e por circunstâncias locais que só quem está presente pode julgar melhor.

Por ter estrutura e foco diferentes, a Justiça Federal não está nas pequenas cidades, estando presente apenas nas capitais e em algumas cidades médias. Sua competência constitucional é restrita e não permite a presença de juízes federais nas pequenas cidades que são a grande maioria dos 5.564 municípios brasileiros. Ainda assim, o constituinte não ignorou a importância do magistrado federal ao incluí-lo, como é hoje, na composição da Justiça eleitoral.

Os TREs são formados por dois desembargadores de tribunal de Justiça, dois juízes estaduais, dois advogados e um desembargador de Tribunal Regional Federal. O resultado dessa composição é conhecido, e a Justiça eleitoral é a mais rápida e eficiente do Brasil e do mundo, principalmente, por ter sido criada e viabilizada a partir da utilização das Justiças Estaduais, em função de sua interiorização e da abrangência de sua competência jurisdicional.

Alterar, agora, o que está dando certo e aquilo que o mundo quer copiar do Brasil só faz sentido se formos guiados pelo complexo de achar que o melhor é o que vem de fora ou que está para ser feito. O Brasil tem uma tarefa hercúlea de melhorar os serviços públicos e o mais acertado seria começar por aqueles que não oferecem as adequadas condições nem apresentam resultados compatíveis com as demandas de nossa realidade e da população brasileira.

Mexer em time que está vencendo, como dizem, após a construção de uma escalção bem-sucedida, seria correr riscos desnecessários às vésperas do início de mais um ano eleitoral, além de ignorar a experiência dos juízes estaduais, acumulada ao longo de sua trajetória profissional.

O país deve valorizar o que está dando certo, guiando-se sempre pelo princípio constitucional que prioriza o interesse público. Caso contrário, numa inversão de valores, estaremos dizendo que o errado é que está certo. Mais uma vez, reafirmamos, em nossa avaliação, o foco deveria ser a reforma política e eleitoral e não a Justiça eleitoral.

Herbert Carneiro é presidente da Associação dos Magistrados Mineiros.

Revista Consultor Jurídico, 20 de setembro de 2013

CLARIM (ARAXÁ) • 24 DE SETEMBRO DE 2013

HOJE EM DIA (BH) • 26 DE SETEMBRO DE 2013

MagisCultura chega a sua 10ª edição

Será lançada nesta quinta-feira, 26, em Belo Horizonte, a décima edição da Revista MagisCultura, publicação da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) que reúne textos literários e culturais de juizes e desembargadores de Minas Gerais e, a partir desta edição, de magistrados de outros Estados Brasileiros também. O lançamento será no Salão de Festas da Amagis, às 19h.

Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, cuja morte completa 200 anos em 2013, é o homenageado dessa edição. O convidado especial é o jornalista Francisco Brant, que publicou um texto que aborda a vida do gênio barroco. A capa da 10ª edição traz uma imagem de Cristo esculpida por Aleijadinho, em foto produzida pelo fotógrafo Sérgio Falcí. As ilustrações são da artista Sandra Bianchi, e o projeto gráfico de Rachel Magalhães. Publicada semestralmente pela Amagis, a MagisCultura tem tido repercussão positiva entre os magistrados mineiros e de todo o país.

Os autores desta edição são os desembargadores Doorgal Andrada, João Quintino, Luiz Carlos Biasutti, Gutemberg da Mota e Silva, Matheus Jardim e José Fernandes Filho e os juizes Renato César Jardim, Llewellyn Davies A. Medina, Daniel César Botto Collaço, Bruno Terra Dias e Renato Zupo e, estreando a seção de "magistrado convidado", o juiz Francisco Jaime Medeiros Neto, de Fortaleza (CE).



08 | Belo Horizonte, quinta-feira, 26.9.2013
HOJE EM DIA

Cultura

Revista MagisCultura
chega à 10ª edição

A 10ª edição da revista
MagisCultura, que reúne
textos culturais de juizes e
desembargadores de MG e,
a partir desta edição, de
magistrados de outros
Estados, será lançada hoje,
às 19h, no Salão de Festas da
Amagis. Aleijadinho é o
homenageado e o
convidado especial é o
jornalista Francisco Brant.

MINAS GERAIS (MG) • 17 DE SETEMBRO DE 2013

Execução penal é tema de curso para magistrados

Desembargador Herbet Carneiro falou sobre o sistema penitenciário brasileiro

A realidade do sistema penitenciário não pode conduzir ao pessimismo quanto ao futuro do cárcere. Ao contrário, devemos nos dedicar à extraordinária tarefa de converter instituições totais em instituições sociais, oferecendo melhores condições aos presos e salvaguardando seus direitos como seres humanos e cidadãos". Essas palavras foram ditas pelo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Herbet Carneiro, na quinta-feira, (12) durante palestra magna que inaugurou o 2º Curso de Aspectos da Execução das Penas Privativas de Liberdade, Restritivas de Direitos e Medidas de Segurança. O curso, direcionado para magistrados, foi realizado de 12 a 14, pelo Programa Novos Rumos, do Tribunal de Justiça (TJMG), em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

Defensor das penas alternativas, o desembargador Herbet Carneiro é presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e vice-presidente da Comissão Nacional de Penas e Medidas Alternativas, ambos do Ministério da Justiça. O magistrado iniciou sua exposição

saudando o desembargador Joaquim Alves de Andrade e o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos pelo trabalho desenvolvido à frente do Programa Novos Rumos do TJMG, principalmente com as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs).

Falta interatividade entre os poderes públicos da União, dos estados e dos municípios

REALIDADE - Em sua palestra, Herbet Carneiro abordou a realidade do sistema penitenciário brasileiro. De acordo com o magistrado, a superlotação dos presídios; a falta de estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado; a falta de escolas penitenciárias e a ociosidade do preso estão entre os problemas mais graves. Ele citou também a carência de políticas públi-

cas efetivas sobre penas alternativas e a fraca participação da sociedade na execução penal. Para ele, essa participação, que se dá por meio dos conselhos da comunidade e das pastorais carcerárias, é muito importante.

Herbet Carneiro ressaltou a falta de planejamento estratégico e de gestão de qualidade no sistema penitenciário do País. Segundo ele, no que diz respeito à execução penal, "falta interatividade entre os poderes públicos da União, dos estados e dos municípios". O magistrado fez questão de lembrar ainda a falta de assistência médica e jurídica ao preso e a mentalidade encarceradora do brasileiro, o que ocasiona excesso de prisões. Ele explicou que o processo legislativo no País é rápido quando se trata do aumento das punições e muito lento para a humanização das penas.

SOLUÇÕES - O desembargador falou sobre o trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e sobre a importância das resoluções elaboradas pela entidade. Também listou as conclusões e as propostas do conselho visando à melhoria do sistema

MIGALHAS (SITE) • 24 DE SETEMBRO DE 2013



GAZETA PONTAL DE MINAS (ITUIUTABA) • 25 DE SETEMBRO DE 2013



Em entrevista à TV Assembleia, Herbert Carneiro defende maior participação dos magistrados na construção do orçamento do Judiciário.



Presidente da Amagis concede entrevista durante lançamento da MagisCultura e da Amagis Jurídica